



ATA nº 9

Reunião Ordinária da Assembleia Municipal

Realizada em 26 de Junho de 2012

Aos vinte seis dias do mês de Junho do ano dois mil e doze, pelas 21 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniram a Assembleia Municipal do Barreiro, *com a seguinte agenda:*

1. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 Apreciação da intervenção escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal bem como da situação financeira do município de acordo com o artigo 53º, nº 1 a) e da lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5 A/ 2002 de 11 de Janeiro.
- 3.2 Por proposta da Comissão Permanente de Educação da AM, discussão e tomada de posição relativamente à "Agregação de escolas e as suas Implicações para o sistema Educativo".
- 3.3 Apreciação e votação relativamente à proposta da Câmara de " Projecto de delimitação da área de reabilitação urbana, em instrumento próprio, para a zona do Barreiro Antigo (PMRAU/85) ".
- 3.4 Apreciação e votação da proposta de deliberação apresentada pelo BE, de aprovação da realização de um referendo local sobre a reorganização administrativa autárquica

Executivo Camarário esteve representado pelo Sr. Presidente e senhores vereadores: Zélia Silva, Regina Janeiro, Santa Clara, Sofia Martins, Rui Lopo, Carlos Moreira e Amilcar Romano

A Mesa é composta pelo Sr. Presidente Frederico Pereira, Primeira Secretária Fernanda Moreno, e Segundo Secretário Victor Santos.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu os trabalhos informando o plenário relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituição ao abrigo do artigo 78º da lei 169/99 de 18 de Setembro, revista pela lei 5/A /2002 de 11 de Janeiro, pediram substituição os senhores deputados municipais:

Rita Filomena – Substituída por José Carlos Marques
Júlio Rebelo – Substituído por Guilherme Manuel Ferreira
Rui de Carvalho – Substituído por Luís Pedro
Rui Ferrugem – Substituído por João Máximo



Verificada que foi a existência de quórum, foi declarada aberta a reunião pelas 21 horas, registando – se 35 presenças.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 Apreciação da intervenção escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal bem como da situação financeira do município de acordo com o artigo 53º, nº 1 a) e da lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela lei 5 A/ 2002 de 11 de Janeiro.

Presidente da Câmara fez a apresentação do documento em análise

Seguiram-se as intervenções:

Luís Bravo – A escolha do governo é permanecer no projecto europeu e essa escolha terá de trazer agruras para as autarquias locais. Valoriza trabalho desenvolvido na área do ambiente, bem como o dia B dando os parabéns a Sr.^a Vereadora Sofia Martins. Sugere mecanismo adicional de controlo ao orçamento. Deixa 3 questões Objectivos de implementação do motor híbrido dos TCB, se existem projectos relativamente a poupança relacionada com o combustível. Face ao vandalismo nas zonas de vidro das paragens de autocarros existe algum plano alternativo? Acidente com autocarros quer no passado recente quer no ano passado no terminal. Questiona por último o Sr. Presidente sobre algumas questões que se tem vindo a verificar com os autocarros nas últimas semanas (2 incêndios).

André Pinotes: - Volta a afirmar a importância do Período de Antes da Ordem do dia. Considera a informação escrita uma repetição das anteriores com ligeiras evoluções. Dia – B O partido Socialista saúda esta iniciativa que tem tido divulgação positiva.

O Barreiro necessita de muitos dias B- e que corresponda a uma nova atitude do Executivo face ao trabalho voluntário. Sugere atitudes concretas para que o executivo dinamize o Barreiro. Solicita informação sobre os inquéritos: desacato no edifício dos Paços do Concelho entre dois chefes de divisão e atraso na entrega da candidatura do QREN. Ilha do parque questiona o Presidente se pode concretizar o ponto da situação, desde que não haja prejuízo para a solução.

Humberto Candeias – Considera que e o documento em avaliação há poucos indicadores o que ao torna pouco objectivo. Valoriza os dados referentes aos “ajustes directos”. Considera irrelevante o inquérito ao funcionário que cometeu o erro na candidatura ao QREN porque o importante tinha sido a avaliação política por uma comissão da AM, como foi na altura proposta pelo BE. DIA B- Relembra cuidados a ter no trabalho do processo solicita informação sobre empresas que particionem o evento e como o fazem. Hortas Urbanas - BE fez um requerimento em Abril que ainda não teve resposta. Valoriza o contributo dessa possibilidade para os mais desfavorecidos. Enquadra as dificuldades que os portugueses enfrentam resultados da política do Governo.



MUNICÍPIO DO BARREIRO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sofia Cabral – Intervenção sobre o protocolo que visa o acolhimento de estudantes Angolanos. De que forma vai decorrer o acolhimento desses estudantes? Que número de estudantes a ser acolhidos está previsto e quais os locais onde ocorrerá.

Isidro Heitor – Valoriza a intervenção do Presidente da Câmara no referente a “ Hortas Urbanas” e o “DIA B”. Faz sugestões para o sucesso da iniciativa. Analisa a exposição do Presidente na área financeira e faz sentir a comparação dos valores a 31/12/11 a 31/1/12. Continua a haver a preocupação de redução da dívida e valoriza o aumento da receita. Solicita informação sobre o que não recebeu no mês de Abril, na área do IMI, em relação ao expectável. Qual a percentagem de imóveis avaliados em 2011? Consumo de água. Pede informação em relação a contadores e quebras na água injectada na rede. Em relação às chefiias existe já um plano para cumprir a Lei?

M^a do Rosário Vaz – Questiona o Presidente da Câmara relativamente à “ Hortas urbanas ” e Escola Conde Ferreira.

Luís Bravo – Esclarece a sua intervenção inicial em relação aos Vereadores e a leitura que o deputado Isidro Heitor fez dela.

Presidente da Câmara – Presta esclarecimentos como constitui o executivo camarário. DIA B – Insere-se no projeto político de democracia e de cidadania em que as pessoas participam naquilo que lhe diz respeito, aumentando a responsabilidade de cada um em relação à comunidade. Fornece dados sobre acções, responsáveis e patrocínios. Refere articulação com as Juntas de Freguesia e Bombeiros. Aceita que vão ocorrer falhas porque será difícil enquadrar o trabalho de mais de um milhar de cidadãos. Questões financeiras – recordam as medidas difíceis que a autarquia tem tomado com vista a diminuir as despesas. A cobrança do IMI aumentou 26.000€ que é menor que o esperado, analisando os anos anteriores. Não foi referido cabimentos de 6 milhões de euros os valores das dívidas a curto prazo e dívida total. Processo em relação ao incidente no espaço da Câmara foi arquivado por proposta da instrutora. Quanto ao atraso da entrega da candidatura do QREN relembra que desde o início assumiu inteiramente a responsabilidade. Ilha do Parque – será um café - esplanada para reanimar a zona em que se integra. Hortas Urbanas - adiantam que a autarquia está a procurar terrenos e as regras de utilização. Estudantes Angolanos – O protocolo é uma intenção política. Os estudantes não estão todos a residir no bairro Operário porque a baía Tejo não tem ainda casas suficientes adequadamente preparadas. Em relação às questões colocadas pelo deputado Isidro Heitor em relação à cobrança do IMI é % de imóveis avaliados, adianta não ter informação disponível e identicamente não conseguir concretizar respostas em relação às questões da água (contadores e perdas em linha). Redução de dirigentes – Vai consultar todos os vereadores e as estruturas. Quanto ao apoio aos estudantes do politécnico a Câmara tem vindo a trabalhar no sentido de encontrar soluções. Escola Conde Ferreira – Não dispõe de dados porque estes estão sujeitos ao caminho que for possível percorrer. Termina com uma reflexão sobre a atitude da Câmara ser considerada pouco animadora, mas relembra o momento difícil do Poder Local e do país. Apela à necessidade de afirmação da unidade, embora com opções diferentes, e à coragem política na defesa do poder local e do Concelho do Barreiro.

André Pinotes: - Defende que o Barreiro precisa de visão e não de dramatismo.



Raul Malacção – Questiona o Presidente da Câmara sobre a conclusão das obras na avenida Bento Gonçalves.

Luís Pedro – As soluções propostas tem de ser exequíveis e coloca uma questão: -na área das AUGIS, defendendo que as soluções técnicas têm de ser concretizadas, mas acompanha a resolução dos problemas na legalização dos processos. PDM quais as propostas? Considera que 10% do território da Quimiparque não pode justificar o atraso da proposta do Plano. Onde, e com que património se vão concretizar as hortas urbanas? Voluntariado – relembra as propostas do PS e a posição do Executivo o que está em contradição com o apelo foi feito, Ainda sobre a intervenção do Sr. Presidente questiona: Barreiro - Montijo ou Barreiro / Seixal - É uma alternativa?

Presidente da Câmara responde às questões colocadas começando por: A autarquia está a trabalhar para que as ligações Barreiro - Seixal e Barreiro – Montijo se concretizem simultaneamente. Horta Urbanas – não pode acrescentar mais nada face ao que relatou anteriormente. Arco Ribeirinho Sul - elemento significativo do desenvolvimento da área metropolitana de Lisboa e o seu atraso prejudica o país. Bacias de retenção da Penalva (AUGI) tem a solução técnica e projectam fazer uma expropriação de interesse público promovida pela autarquia, os encargos são dos proprietários (havendo já acordos) Presta esclarecimento ao deputado André Pinotes relativamente ao dramatismo.

André Pinotes - usa da palavra para protestar adiantado o enquadramento da posição do PS que passa pela apresentação de propostas concretas.

Presidente da Câmara, Responde ao orador anterior adiantando que são as suas posições e valoriza a escolha do povo do Barreiro em eleições.

3.2 Por proposta da Comissão Permanente de Educação da AM, discussão e tomada de posição relativamente à “Agregação de escolas e as suas Implicações para o sistema Educativo”.

Paulo de Deus - Usa da palavra adiantando que na sequência de uma reunião da Comissão Permanente foi posta à consideração do Presidente da Assembleia Municipal a hipóteses de fazer uma reunião extraordinária sobre o tema ou introduzi-lo como ponto da ordem de trabalhos de uma das reuniões previstas.

André Pinotes – Questiona sobre qual o objectivo da discussão, visto não haver nenhuma proposta para o concelho do Barreiro?

Luís Bravo - Reforça a questão colocada pelo deputado André Pinotes.

M^a do Rosário Vaz – Manifesta o seu acordo com as intervenções anteriores.

Vereadora Regina Janeiro – Considera que pode haver 3^a fase e não há garantia de não haver mega agrupamento no Concelho no próximo ano lectivo. Reconhece que houve um grande debate sobre o tema na Comissão e defende que a discussão deveria prosseguir.

André Pinotes – Esclarece a posição do PS é a sua disponibilidade para a realização de uma reunião da AM quando houver propostas concretas para o Barreiro, até lá considera não ser possível haver discussão sobre mega agrupamentos no concelho do Barreiro.



A Assembleia Municipal do Barreiro assumiu não tomar posição sobre o tema “ Mega agrupamentos no Concelho do Barreiro”

3.3 Apreciação e votação relativamente à proposta da Câmara de “ Projecto de delimitação da área de reabilitação urbana, em instrumento próprio, para a zona do Barreiro Antigo (PMRAU/85) ”.

As forças políticas representadas na Assembleia Municipal declararam a sua concordância com o tema em discussão.

Humberto Candeias – Apela à mudança do Barreiro Velho aproveitando este instrumento.

Vereador Rui Lopo – Valoriza o papel da autarquia na reabilitação e refere situações concretas de apoio nessa área.

Passou-se à votação da proposta da Câmara, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com 33 votos.

3.4 Apreciação e votação da proposta de deliberação apresentada pelo BE, de aprovação da realização de um referendo local sobre a reorganização administrativa autárquica

Humberto Candeias – Enquadra o tema valorizando a importância da consulta popular na situação concreta. O deputado do BE faz a leitura do Documento.

Eduardo Cabrita – Afirma que a Lei foi publicada a 31 de Maio está a decorrer o tempo para pronúncia da Assembleia Municipal e questiona se há algum trabalho de recolha das posições das freguesias? A Lei já está promulgada o que no resta discutir e pronunciar será como se desenvolve o processo desta matéria. A proposta do BE é inconstitucional e a competência para criar/ extinguir/fundir autarquias locais é da competência da Assembleia da República.

Ana Porfírio – Concorda com a intervenção anterior. Esclarece o trabalho feito pelas freguesias que visa um esclarecimento da população e que tem tido muita adesão.

Humberto Candeias – Defende que a questão determinante é de ordem política apesar de haver condicionantes jurídicas.

Joaquim Matias – Concorda que a questão em análise é uma questão política, tal como é a extinção das freguesias e que a mesma provoca uma grande indignação nos eleitos locais e em toda a população. Não se pode por a população a pronunciar-se sobre uma coisa que depois não há capacidade de decidir porque o assunto é da competência da Assembleia da República.

Presidente da Junta de Freguesia do Lavradio – Valoriza a competência dos eleitos e no caso do Lavradio há um documento aprovado por unanimidade logo quando da discussão do “ livro verde”.Esclarece a discussão na Assembleia de Freguesia que vão decorrer proximamente e os outros fóruns onde tem havido ampla discussão e audição da população. Concorda com a não realização do referendo local porque dele não se pode



MUNICÍPIO DO BARREIRO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tirar consequências.

Paulo de Deus – Clarifica as outras formas de audição das populações. Discorda da pergunta colocada.

Humberto Candeias – Defende a realização do referendo.

Eduardo Cabrita – No uso da palavra adianta que as questões jurídicas interessam e a política é fundamental. A lei não vem de imposição da troika, mas sim porque o Governo decidiu elabora-la. A pergunta que é feita no requerimento do BE, também não faz sentido pelas razões atrás referidas, Este requerimento apresentado nesta fase não faz sentido, como foi referido.

Humberto candeias – Regista o silêncio do PSD, considera que o deputado Eduardo Cabrita fez um exercício de caricatura política.

Luís Bravo – O PSD concorda com a posição expressa pelo PS e pela CDU não faz sentido reafirmar a mesma opinião.

Presidente da Câmara - Enumera reuniões com Presidente de Juntas de Freguesia e só após isso haverá auscultação da Câmara. Parece-lhe inaceitável do ponto vista democrático a formulação da pergunta apresentada.

Como não mais ninguém inscrito o Sr. Presidente da Mesa coloca à votação o requerimento subscrito pelos eleitos do BE.

O documento foi rejeitado com 2 votos favor (BE) e 30 votos contra (CDU, PS e PSD)

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos pela 1.30 horas do dia 27 de Junho de dois mil e doze, constando a gravação áudio desta sessão arquivados nos serviços da Assembleia Municipal.

APROVAÇÃO DA ATA

Para constar e produzir os seus efeitos legais, se lavrou a presente acta que após analisada foi aprovada por unanimidade na reunião em realizada em 3 de Outubro de 2012 e vai ser assinada por mim Rosa Maria de Jesus Ribeiro, _____ Técnica de Secretariado que a lavrei e pelo Senhor Presidente da Assembleia. Frederico Pereira _____

Conforme original
O Presidente da Assembleia Municipal

Frederico F. Pereira